

INFORME RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 10/10 a 14/10/2022



CENÁRIO

Com a corrida eleitoral do segundo turno acontecendo e o feriado nesta quarta-feira (12), as atividades legislativas seguem reduzidas. Nesta semana estão agendadas sessões em Plenário para segunda e terça-feira. Na pauta da Câmara dos Deputados, seis medidas provisórias aguardam a apreciação, dentre elas a MP nº 1124/2022. A medida transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio, e sede e foro no DF. A matéria objetiva o aprimoramento das transações comerciais no país, cada vez mais digitalizadas, e, consequentemente, o alinhamento do Brasil às melhores práticas de proteção de dados.

No âmbito institucional, na quinta-feira da semana passada (06), a CNDL realizou o 2º Encontro de Relações Institucionais e Governamentais do Sistema CNDL a fim de dar continuidade ao projeto de aproximação e fortalecimento dos profissionais do Sistema que atuam na construção do relacionamento entre as entidades e governos. Na reunião foram apresentados os resultados dos trabalhos de RIG do sistema em âmbito estadual e federal e, ainda, solicitado apoio às entidades para o mapeamento dos novos parlamentares eleitos e para o mapeamento das cadeiras ocupadas por CDLs e FCDLs em fóruns e conselhos municipais e estaduais.

Já nesta semana, a CNDL realiza, nesta sexta-feira (14), evento de lançamento do **Comitê Mulheres do Sistema CNDL**. O encontro, que acontecerá de forma virtual, às 10h, dará início ao trabalho de formação de uma rede nacional de mulheres que atuam em iniciativas voltadas ao fomento do protagonismo e empreendedorismo feminino dentro do movimento lojista, a fim de incentivar, fomentar e fortalecer a atuação feminina no setor de comércio e serviços.

PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

Não foram identificados eventos de interesse até o fechamento deste informe.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (10)

Plenário | Câmara dos Deputados

15h – Sessão Deliberativa

MPV nº 1124/2022 – "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)

Posicionamento: Favorável à medida

PL nº 3401/2008 – "Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências".

Autor: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

Posicionamento: Em análise

PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (11)

**COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO
CONSUMIDOR (CTFC)**

14h30 – Sessão Deliberativa

PLS nº 374/2017 – “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.”

Autor: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relator: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PLC nº 5544/2019 – “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato.”

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relator: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS

SEMANA 10/10 A 14/10/2022



AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

TERÇA-FEIRA (11)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A Câmara Legislativa do Distrito Federal agendou, para terça (11) e quinta-feira (13), sessões plenárias para deliberação de projetos. Dentre os projetos pautados destacamos:

15h – Sessão Plenária | Deliberativa – Vetos sem acordo

PL nº 1063/2020 – Apreciação do veto total ao PL 1063/2020, do dep. Martins Machado (PRB), que dispõe sobre a suspensão das cobranças por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica e água, das taxas de consumo pelo período de 90 (noventa) dias aplicáveis às empresas de qualquer porte, entidades religiosas de qualquer culto e associações sem fins lucrativos, em todo o Distrito Federal.

Impacto: Neutro

PLC nº 37/2020 – Apreciação do veto total ao PLC 37/2020, do dep. Eduardo Pedrosa (DEM), que dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no âmbito do Distrito Federal.

Impacto: Negativo

PL nº 1133/2020 – Apreciação do veto total ao PL 1133/2020, da dep. Julia Lucy (NOVO), que dispõe sobre garantias de liberdade individual e proteção de dados pessoais no monitoramento inteligente para combate a pandemias.

Impacto: Neutro

DESTAQUES DA SEMANA ANTERIOR

PROJETOS IMPORTANTES

RIO DE JANEIRO

PL nº 6085/2022 (Emolumentos)

Dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registros no âmbito do estado do rio de janeiro e altera as leis estaduais n.º 3.001/1998, 3.350/1999, 6.281/2012 e 6.370/2012 com o escopo de simplificação, racionalização e normatização de inovações decorrentes da crescente informatização dos serviços extrajudiciais.

Impacto: Positivo

Situação: Sancionada com veto parcial a Lei nº 9873 de 05 de outubro de 2022. Foram vetados os Parágrafos 5º do art. 7º e o art. 9º por completo. Nestes constavam:

- "§ 5º Os atos gratuitos são isentos do pagamento do selo de fiscalização de que trata o § 3º deste artigo."
- "Art. 9º Fica instituído programa de renda mínima tendo como beneficiários os serviços extrajudiciais do Estado que detenham, exclusiva ou acumuladamente, a atribuição registral civil de pessoas naturais."

PL nº 2626/2017 (Proteção de dados pessoais)

Estabelece regras de proteção à privacidade de usuários de internet no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Impacto: Negativo

Situação: Recebido na Comissão de Ciência e Tecnologia, aguarda designação de relator.

NOVAS PROPOSIÇÕES

MINAS GERAIS

PL nº 3941/2022

Altera a Lei 15424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal.

Autor: Roberto Andrade (AVANTE)

Situação: Recebido na CCJ

PL nº 4000/2022

Altera a Lei nº 15424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal.

Autor: Tribunal de Justiça

Situação: Designado como relator na CCJ o Dep. Sávio Souza Cruz (PMDB)

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro

(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles

(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira

(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi

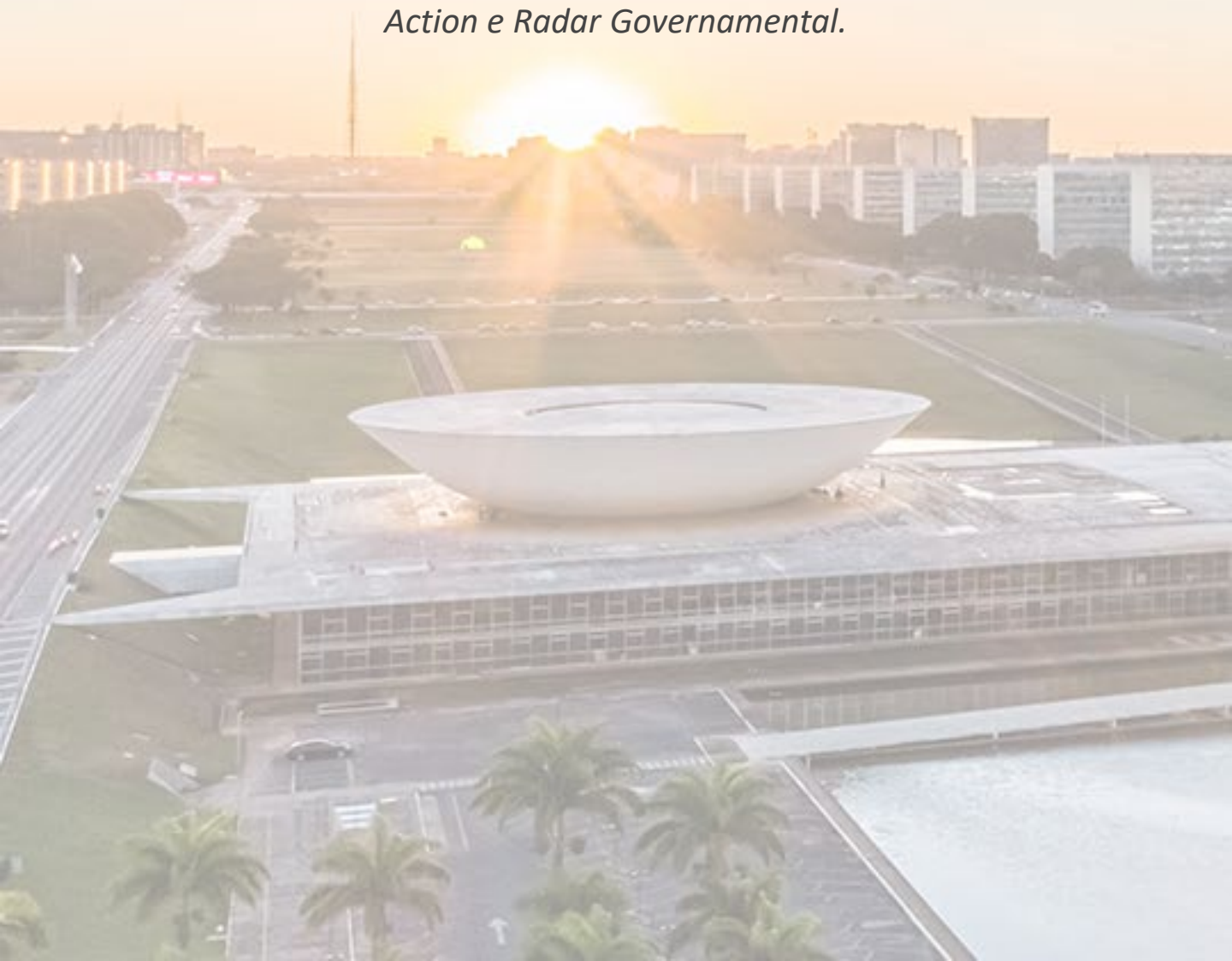
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

Mickaella Soares

(61) 3213 2000

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

*Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector,
Action e Radar Governamental.*



INFORME

RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

